



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI/SR/PF/SC

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8885875/2018-NTI/SR/PF/SC

Processo nº 08490.007416/2018-23

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresas especializadas em **prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e configurações das centrais telefônicas**, seus periféricos, para atender a **Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas Delegacias Descentralizadas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Grupo	Item	Descrição dos Serviços	Modelo da Central	Fabricante	Valor mensal estimado (R\$)	Valor total estimado (p/ 20 meses) (R\$)
Grupo 01 (grupo único)	01	Manutenção preventiva e corretiva, com mão de obra para atualizações de versões de softwares e configurações, da central telefônica instalada na SR/DPF/SC, em Florianópolis/SC , incluindo o fornecimento à base de troca para reparo, sem ônus, de toda e qualquer peça (placas, módulos) e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento da central.	Omni PCX 4400	Alcatel	2.900,00	58.000,00
	02	Manutenção preventiva e corretiva, com mão de obra para atualizações de versões de softwares e configurações, da central telefônica instalada na DPF/JVE/SC, em Joinville/SC , incluindo o fornecimento à base de troca para reparo, sem ônus, de toda e qualquer peça (placas, módulos) e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento da central.	Omni PCX Office Large	Alcatel	736,67	14.733,33
	03	Manutenção preventiva e corretiva, com mão de obra para atualizações de versões de softwares e configurações, da central telefônica instalada na DPF/IJI/SC, em Itajaí/SC , incluindo o fornecimento à base de troca para reparo, sem ônus, de toda e qualquer peça (placas, módulos) e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento da central.	Omni PCX Office	Alcatel	736,67	14.733,33
	04	Manutenção preventiva e corretiva, com mão de obra para atualizações de versões de softwares e configurações, da central telefônica instalada na DPF/CCM/SC, em Criciúma/SC , incluindo o fornecimento à base de troca para reparo, sem ônus, de toda e qualquer peça (placas, módulos) e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento da central.	XT-130	Digistar	708,33	14.166,67
	05	Manutenção preventiva e corretiva, com mão de obra para atualizações de versões de softwares e configurações, da central telefônica instalada na DPF/LGE/SC, em Lages/SC , incluindo o fornecimento à base de troca para reparo, sem ônus, de toda e qualquer peça (placas, módulos) e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento da central.	XT-88	Digistar	777,00	15.540,00
	06	Manutenção preventiva e corretiva, com mão de obra para atualizações de versões de softwares e configurações, da central telefônica instalada na DPF/XAP/SC, em Chapecó/SC , incluindo o fornecimento à base de troca para reparo, sem ônus, de toda e qualquer peça (placas, módulos) e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento da central.	XT-88	Digistar	816,67	16.333,33
	07	Manutenção preventiva e corretiva, com mão de obra para	Omni PCX	Alcatel	890,00	17.800,00

		atualizações de versões de softwares e configurações, da central telefônica instalada na DPF/DCQ/SC, em Dionísio Cerqueira incluindo o fornecimento à base de troca para reparo, sem ônus, de toda e qualquer peça (placas, módulos) e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento da central.	Office			
--	--	--	--------	--	--	--

VALOR TOTAL PARA 20 MESES: R\$ 151.306,67 (Cento e cinquenta e um mil, trezentos e seis reais e sessenta e sete centavos).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa da contratação: A execução das atividades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina e suas descentralizadas dependem dos meios de comunicação, em especial do sistema telefônico. Assim, é preciso que os serviços de telefonia disponham em tempo integral da estrutura necessária ao seu funcionamento neles incluída a manutenção das centrais telefônicas, objeto do presente termo.

2.2. Justificativa do agrupamento: O agrupamento dos itens em um único grupo se justifica pela economia em escala, visto tornar o contrato mais atrativo às empresas participantes do certame, bem como, em função de garantir que haverá atendimento em todos os locais necessários, uma vez que a subdivisão em itens distintos poderia resultar em prejuízo ao objeto, como um todo, visto que poderia haver desinteresse de empresas em participar do certame em determinada localidade, visto a eventual pouca atratividade econômica. Aliás, destaque-se que essa sistemática é a atualmente empregada no contrato ainda vigente e tem se mostrado eficiente, uma vez que a empresa contratada atende a todas as localidades sem apresentar problemas na execução contratual. Finalmente, destaque-se que o agrupamento não prejudica a competitividade no certame, visto que há diversas empresas que atendem a todas as localidades e a todos os modelos de centrais indicadas, conforme pesquisa de preço acostada aos autos.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços deste Termo de Referência são considerados de natureza comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meios usuais no mercado, corroborando com os termos do parágrafo único, artigo 1º, da lei 10.520/2002.

3.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Definições e Conceitos

4.1.1 Com o objetivo de identificar e padronizar os termos que serão utilizados no relacionamento **CONTRATANTE/CONTRATADA**, os quais visam atender a conveniência à organização dos serviços de manutenção, fica estabelecida a adoção das seguintes Definições e Conceitos:

a) **Sistema** é o conjunto de equipamentos, elementos ou materiais ligados fisicamente ou não, os quais através do desempenho de suas funções individuais contribuem para uma mesma função;

b) **Função do Sistema:** é a atividade fim ou atividade principal para a qual existe o sistema;

c) **Manutenção** é o conjunto de atividades exercidas com o objetivo de assegurar plena capacidade e condições de funcionamento contínuo e confiável ao Sistema e seus equipamentos, não se incluindo nesta denominação serviços de ampliação ou modificação do projeto original;

d) **Manutenção Preventiva:** é o conjunto de ações desenvolvidas sobre o Sistema e seus equipamentos, com programação antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade através de inspeções sistemáticas, detecções e medidas para evitarem falhas, com o objetivo de mantê-lo em perfeitas condições operacionais;

e) **Manutenção Corretiva:** é o tipo de manutenção mobilizada após a ocorrência de defeitos ou falhas no funcionamento do sistema ou nos equipamentos e rede interna de telefonia;

f) **Programa de Manutenção:** é o plano de trabalho elaborado para cada equipamento ou para cada componente do sistema, seguindo determinada metodologia, com discriminação pormenorizada dos serviços de manutenção e suas respectivas etapas, fases, sequências ou periodicidade e com previsão das atividades de coordenação para execução desses serviços;

g) **Defeito:** é anormalidade no sistema ou num equipamento que não impede o desenvolvimento de sua função;

h) **Falha:** é anormalidade no sistema ou num equipamento com interrupção da capacidade de desempenhar sua função;

i) **Situação de emergência:** é a ocorrência de defeitos ou falhas no equipamento, no sistema ou na rede de telefonia, que resulte na paralisação parcial ou total do funcionamento do sistema, demandando manutenção corretiva de emergência, para o imediato retorno do equipamento ao serviço;

j) **Ocorrência:** é qualquer acontecimento não previsto na rotina dos Programas de Manutenção Preventiva ou de operação normal;

k) **Equipe de manutenção:** são empregados da **CONTRATADA** responsáveis pela execução direta dos serviços sob a sua responsabilidade e especializados nas funções de engenharia, informática e tecnologia de rede telefônica;

l) **Relatório Mensal de Manutenção:** é o instrumento de apresentação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva desenvolvido pela **CONTRATADA**;

m) **Manutenção corretiva de emergência:** é o tipo de manutenção em que a **CONTRATADA**, imediatamente após receber a comunicação do **CONTRATANTE**, mobiliza todo o seu pessoal técnico de trabalho para solucionar o problema, quando a esta ocorrer fora do horário de expediente e em fins de semana ou feriados;

n) **Troca de peças e componentes:** A contratada deverá substituir, sem custos para a contratante, toda e qualquer peça, componente, módulo, gabinete, placas e demais componentes danificados por qualquer motivo, exceto por vandalismo, incêndio e inundação, necessários para a manutenção dos sistemas contratados.

4.2 Dos Serviços a serem executados

4.2.1 Manutenção preventiva: A manutenção preventiva deverá ser realizada através de uma visita bimestral, em dia útil, no horário de expediente das unidades de Polícia Federal em Santa Catarina, consistindo em:

- a) Inspeção técnica nos equipamentos que compõe o sistema e recuperação dos equipamentos que estiverem apresentando falhas por ocasião da visita;
- b) Execução de ajustes e testes de funcionamento dos equipamentos e remoção dos defeitos apresentados;
- c) Inspeção e medição nos aparelhos de alimentação de energia elétrica;
- d) Inspeção e medição das baterias e adição de água destilada nas baterias quando aplicável.
- e) Fornecer recomendações técnicas ao usuário sobre o uso adequado do equipamento.

4.2.2 Manutenção corretiva: A manutenção corretiva consiste no conserto de defeitos ou falha de funcionamento nos equipamentos e/ou serviços de substituições de todas e quaisquer peças e materiais, compreendendo inclusive, os aparelhos telefônicos digitais. Também deverá compreender correções e/ou alterações na programação para acesso às facilidades das centrais em relação aos troncos e ramais. Esta manutenção dar-se-á através de solicitações do Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI, em dias úteis, dentro das possibilidades normais, no horário de expediente.

4.2.3 Substituição de componentes da Central:

a) Caso se constate na manutenção a necessidade de substituição de quaisquer peças para conserto, estas deverão ser imediatamente substituídas pela **CONTRATADA**, por outra compatível com a central telefônica em manutenção. No caso de aparelhos telefônicos estes poderão ser substituídos por outro do mesmo modelo ou de modelo superior em características, temporariamente ou em definitivo, a critério da contratada, sem ônus para a **CONTRATANTE**, sob supervisão e autorização da contratante;

b) A peça uma vez substituída, fica desde já convencionado que, a **CONTRATADA** ficará responsável pelos serviços decorrentes da aplicação dessas peças;

c) A **CONTRATADA** deverá substituir, sem ônus para a **CONTRATANTE**, os componentes que apresentarem excessos de defeitos, considerando-se excesso de defeitos a ocorrência de 03 (três) solicitações de manutenção corretiva para o mesmo componente num período de 30 (trinta) dias contados a partir da primeira solicitação;

d) A **CONTRATADA** somente efetuará a retirada de quaisquer componentes das Centrais ou outros equipamentos para manutenção fora das dependências das unidades de Polícia Federal em SC, após autorização formal do **CONTRATANTE**.

4.3 Da sistemática

4.3.1 A **CONTRATADA** deverá manter todos os equipamentos da central telefônica em condições normais de funcionamento, executando todos os serviços de manutenção preventiva necessários a permitir a operação contínua e ininterrupta, sem alterar as características técnicas dos mesmos.

4.3.2 A manutenção preventiva de todos os equipamentos do objeto deste Termo de Referência obedecerá a uma rotina programada, seguindo as prescrições do fabricante, no período das 08:00 às 18:00 horas em dias úteis ou em horários julgados convenientes nos finais de semana ou feriados.

4.3.3 Os chamados para manutenção corretiva, feitos pelos setores competentes de Polícia Federal em SC à **CONTRATADA**, deverão ser atendidos quantas vezes forem necessários.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1 Características dos Sistemas

5.1.1 SR/DPF/SC – em Florianópolis (Item 1):

Endereço Instalação: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4744 - Florianópolis – SC.

CEP: 88.025-255 - Tel: (48) 3281-6500

Central ALCATEL Omni PCX 4400 – Configuração:

Gabinete: M2

Ref.: 3BA56018AA

Posição	Placa	OI Code
0	Livre	Livre
1	Z24	3BA53065
2	UA32	3BA53050
3	Z24	3BA53065

4	Livre	Livre
5	Z24	3BA53065
6	Livre	Livre
7	CPU3	3BA57162
8	Z24	3BA53065
9	Livre	Livre
10	Z24	3BA53065
11	Z24	3BA53065
12	Z24	3BA53065
13	MMS FD	3BA23129
14	Z24	3BA53065
15	UA32	3BA53050
16	Livre	Livre
17	PCM2	3BA23064
18	Livre	Livre
19	Livre	Livre
20	CPU3	3BA57162
21	Livre	Livre
22	Livre	Livre
23	Z24	3BA53065
24	PCM2	3BA23064
25	Z12	3BA53071
26	VG	3BA53077
27	Z24	3BA53065

Aparelhos Telefônicos Digitais (ALCATEL):

Modelo	Quantidade
Advanced Reflexes 4035	05
Premium Reflexes 4020	05
Easy Reflexes 4010	20
Mesa de Telefonista 4048B	01

Fonte de Alimentação:

Fabricação: PROTECO

Modelo: FMP 48/402-AA

Capacidade corrente: 20 A

Tensão Entrada: 127/220 Vac / 50-60 Hz

Tensão Saída: 48 Vcc

Potência nominal: 3,2 kVA

Conjunto de 04 baterias FREEDOM estacionária:

Fabricação: Heliar

Modelo: DF 500

12V; C-100 40Ah; C-20 36Ah; C-10 30Ah

5.1.2 DPF/JVE/SC – Joinville (Item 2)

Endereço Instalação: Rua: José Elias Giuliari, 72 - Bairro Boa Vista.

CEP: 89.205-310 - Fone: (047) 3431-6800

Central ALCATEL Omni PCX Office Large – Configuração:

Placa	Descrição	Quantidade
MIX 0/4/4	Mixed	01
SLI 16 I	Analog Interfaces	02
PCM-R2	PCM Access	01
MIX 0/4/8	Mixed	01
UAI 8	Digital Interface	01
CPUE-I	e-Business Processing Unit	01

APA 4	Analog Public Access	01
-------	----------------------	----

Aparelhos Telefônicos Digitais (ALCATEL):

Modelo	Quantidade
Advanced Reflexes 4035	01
Premium Reflexes 4093	01
Premium Reflexes 4020	07

5.1.3 DPF/IJI/SC – Itajaí (Item 3)

Endereço Instalação: Rua 15 de Novembro, nº 348 - Centro.

CEP: 88.301-240 Telefone: (47) 3249-6700

Central Omni PCX Office – Configuração:

Troncos digitais R2: 60

Troncos analógicos: 4

04 ramais digitais

64 ramais analógicos

03 aparelhos digitais modelo 4019

01 aparelho digital modelo 4029

5.1.4 DPF/CCM/SC – Criciúma (Item 4)

Endereço Instalação: Avenida Centenário, nº 4353 - Bairro Pio Corrêa.

CEP: 88.811-501 Telefone: (48) 3461-8600

Central DIGISTAR XT-130 – Configuração: (Vide Anexo I deste Termo de Referência)

5.1.5 DPF/LGE/SC – Lages (Item 5)

Endereço Instalação: Rua Artur Bernardes, nº 427 - Bairro Conta Dinheiro - CEP: 88.508-570 Telefone: (49) 3251-6200.

Central DIGISTAR XT-88 – Configuração: (vide anexo I deste Termo de Referência)

5.1.6 DPF/XAP/SC – Chapecó (Item 6)

Endereço Instalação: Rua Carlos Gonçalves Pinho, 57-E – Centro.

Cep: 89.802-425 - Fone: (049) 3321-6900

Central DIGISTAR XT-88 – Configuração: (Vide Anexo I deste Termo de Referência)

5.1.7 DPF/DCQ/SC – Dionísio Cerqueira (Item 7)

Endereço Instalação: Rua: Felipe Schmidt, 740 - Centro.

CEP: 89.950-000 - Fone: (049) 3644-6300

Central ALCATEL Omni PCX Office – Configuração:

Troncos digitais R2: 30

04 ramais digitais

32 ramais analógicos

02 aparelhos digitais modelo 4010

5.1.8 Aplicativos/Serviços instalados nas centrais

Compreende a configuração de central telefônica o Software de tarifação Sakber, serviço de atendimento automático (URA) e configuração de VoIP integrado na rede de dados da Polícia Federal.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Apresentar, juntamente com a documentação, quando solicitado pelo pregoeiro, e manter durante a vigência do contrato os seguintes documentos:

a) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, no caso, o CREA/SC;

- b) Comprovante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a apresentação da proposta, de no mínimo 01 (um) engenheiro eletricista, o qual será responsável técnico pela execução dos serviços, com o devido registro no CREA/SC;
- c) Comprovante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a apresentação da proposta, de no mínimo 01(um) técnico industrial de telecomunicações, eletrônica ou eletrotécnica, o com o devido registro no CREA/SC. Com curso da norma regulamentadora NR10.
- d) Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa licitante através de contrato social - se sócio, carteira de trabalho ou certidão da licitante no CREA/SC, se nela constar o nome dos profissionais indicados;
- e) Atestado de capacidade técnica, devidamente registrados no CREA, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido em nome da proponente que comprovem a aptidão para desempenho das atividades pertinentes, ou seja, manutenção por um período mínimo de 2 (dois) anos em central telefônica Alcatel modelo 4400, Alcatel-Lucent modelo Omni Pcx Office release 10.3 ou superior, Digistar modelo XT 130, Digistar modelo XT88; Sistema de tarifação Sakber com tarifação centralizada. Poderão ser apresentados mais de um atestado de capacidade técnica para completar os dois anos exigidos, desde que os atestados apresentem trabalhos efetuados de forma concomitante.

7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Os critérios acerca de *gestão de contrato e de medição e pagamento* são as estabelecidas, respectivamente, nos Anexos II e III do Edital.

8. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1 A execução dos serviços deve ser iniciada na data de início da vigência do contrato.

8.2 O contrato terá **vigência de 20 (vinte) meses**, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do Art. 57 da Lei 8.666 de 1993, alterada pela Lei nº 9.648 de 1998.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 9.4 Proporcionar os meios para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Contrato.
- 9.5 Permitir aos empregados da **CONTRATADA** livre acesso às dependências do **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente ou fora dele, quando solicitados pelo setor competente.
- 9.6 Exigir o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho para a prestação dos serviços.
- 9.7 Resolver as dúvidas e omissões porventura existentes nas especificações
- 9.8 Permitir, mediante documento comprobatório, a retirada do equipamento, cujo conserto ou ajuste só seja possível em oficina, caso em que será necessária requisição da **CONTRATADA**.
- 9.9 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.10 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários;
- 10.2 Reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 10.6 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 10.7 Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

- 10.8 Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 10.9 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 10.10 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.11 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.14 Registrar todas as solicitações feitas pelo **CONTRATANTE**, para acompanhamento e controle de execução dos serviços na forma estabelecida neste Termo de Referência.
- 10.15 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços contratados, tais como: salários, encargos trabalhistas e sociais ou previdenciários, seguro, tributos, transporte, alimentação, treinamento, despesas administrativas, lucros e demais insumos que venham a incidir sobre o objeto contratual, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.
- 10.16 Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.
- 10.17 Justificar ao **CONTRATANTE** eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos serviços objeto deste Contrato;
- 10.18 Aceitar nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no percentual de até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado deste contrato; podendo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, ultrapassarem este percentual.
- 10.19 Dar conhecimento à Fiscalização das alterações decorrentes de eventuais substituições, exclusões ou inclusões dos empregados que prestam serviços para o **CONTRATANTE**.
- 10.20 Realizar a manutenção preventiva e corretiva das centrais telefônicas e seus periféricos tais como softwares, baterias, nobreak, de acordo com as normas específicas dos fabricantes dos equipamentos.
- 10.21 Elaborar o programa de manutenção preventiva, definindo as atividades bimestrais, para aprovação do Fiscal do contrato.
- 10.21.1 O programa deverá ser entregue dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, após a assinatura do Contrato.
- 10.22 Apresentar Relatórios de Manutenção Preventiva e Corretiva contendo o nome do responsável pela solicitação, a data e a hora do chamado de início e término do atendimento, identificação do defeito detectado, suas causas e efeitos, bem como as providências adotadas e demais informações pertinentes, devendo o mesmo ser assinado pelo usuário ou responsável pela solicitação da manutenção.
- 10.23 Levar, imediatamente, ao conhecimento da Fiscalização do **CONTRATANTE**, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis e comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer.
- 10.24 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Fiscalização, atendendo de imediato as reclamações.
- 10.25 Executar, em outro horário, de preferência aos sábados, domingos ou feriados, sem qualquer ônus adicional para o **CONTRATANTE**, os serviços que não puderem ser executados durante o horário normal de expediente.
- 10.25.1 Nos fins-de-semana, feriados ou fora do horário de expediente, a **CONTRATADA** deverá indicar o funcionário que poderá atender os casos excepcionais e urgentes.
- 10.26 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar para o **CONTRATANTE**, plantão de telefones fixos e/ou celulares, durante 24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana.
- 10.27 Permitir ao Servidor credenciado pelo **CONTRATANTE**, fiscalizar os serviços, sob sua responsabilidade, o qual poderá sustar recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese a eventual falta de fiscalização do **CONTRATANTE** eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades decorrentes do Contrato, correndo por conta da mesma todas as despesas, em razão dos serviços de desfazer e refazer.
- 10.28 Não transferir a outrem os compromissos assumidos, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**.
- 10.29 Todos os trabalhos serão executados por mão-de-obra qualificada, devendo a contratada estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondentes a cada serviço constante da especificação.
- 10.30 Os serviços rejeitados pela fiscalização, devido ao uso de materiais que não sejam qualificados como de primeira qualidade e/ou considerados como mal executados, deverão ser refeitos corretamente com o emprego de materiais aprovados pela Fiscalização, com a devida mão-de-obra qualificada e com a antecedência necessária para que não venha prejudicar o andamento cronológico dos serviços, arcando a **CONTRATADA** com o ônus decorrente do fato.
- 10.31 Todas as despesas relativas à execução dos serviços, como por exemplo, mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, transportes horizontal e vertical, tributos, emolumentos, testes, encargos sociais, trabalhistas ou previdenciários correrão por conta da **CONTRATADA**.
- 10.32 Todos os serviços eventualmente não explicitados nestas especificações, mas necessários à execução dos serviços programados e ao perfeito funcionamento das centrais telefônicas e seus periféricos serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

10.33 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e providenciárias lhes assegurem.

10.34 Responder pela direção e responsabilidade técnica pelos serviços prestados, obrigando-se a obedecer aos procedimentos de trabalho, exigências decorrentes da prestação dos serviços e da boa técnica da Engenharia, normas de fabricantes, regulamentos e instruções aplicáveis, respondendo civil e criminalmente em decorrência da imperícia na sua execução.

10.35 Responder exclusivamente por toda e qualquer movimentação de equipamentos e materiais seja a partir dos locais onde os trabalhos estejam sendo executados, seja de estabelecimentos próprios ou de terceiros, acobertando-a por nota fiscal específica, conforme determinações legais vigentes, bem como pelo ônus resultante de infração cometida e seu integral cumprimento e recolhimento no prazo legal.

10.36 A **CONTRATADA** obriga-se, expressamente, inclusive em nome de seus funcionários, empregados, prepostos e prestadores de serviços, a manter o mais absoluto sigilo sobre todas e quaisquer informações contidas no equipamento, nos softwares, nos dados (inclusive do banco de dados), nos documentos, nas informações, escritas ou não, sejam elas de natureza técnica ou operacional, e sobre todos os assuntos tratados com o **CONTRATANTE**, não podendo, sob qualquer pretexto, direta ou indiretamente, armazenar, copiar, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a pessoas estranhas a esta contratação, durante a vigência deste contrato e por mais 10 (dez) anos após o seu término.

10.37 iniciar a execução da manutenção corretiva no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da abertura do chamado, para solucionar os seguintes problemas: o sistema não gera nem recebe chamadas, paralisação do tráfego interno e perda de chamadas; para os demais casos, o prazo é de, no máximo, 10 (dez) horas. O término da manutenção corretiva deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

13.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

13.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso, caso se aplique.

13.7 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.10 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

13.10.1 Solicitar à CONTRATADA ou ao seu preposto todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

13.10.2 Emitir pareceres em todos os atos da CONTRATADA relativos à execução do contrato, em especial naqueles que possam resultar em abertura de procedimento para apuração de eventuais infrações administrativas, alterações, prorrogações e rescisão do contrato.

13.10.3 Demais atribuições necessárias ao bom desempenho dos serviços.

13.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e
- 14.1.5. cometer fraude fiscal.
- 14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 14.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 14.2.2. Multa de:
- 14.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 14.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 14.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 14.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 14.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 14.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 14.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.
- 14.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 14.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.3, 14.2.4 e 14.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa.
- 14.4. A contratante reterá valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimento, do montante a pagar, devidos pela contratada.
- 14.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 14.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 14.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Integra este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, o ANEXO I – Descrição das características gerais das centrais telefônicas Digistar.

ANEXO I DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

Características gerais das centrais telefônicas Digistar.

	XT 88		XT 130	
Capacidade	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Linhas Digitais	1	30	1	60
Linhas Analógicas	2	34	2	42
Linhas Digitais+Analógicas	1+2=3	30+26=56	1+2=3	60+4=64 ou 30+34=64
Ramais Digitais	4	16	4	16
Ramais Analógicos	12	48	12	60
Ramais Digitais+Analógicos	(4+4)+12=20	(16+16)+24=56	(4+4)+12=20	(16+16)+36=68
Portas	12	88	12	
Modularidade Analógica	Troncos: Placas com 4 ou 8 e 2 troncos na placa de Gerenciamento e Supervisão. Ramais: Placas com 8 ou 12 ramais.			
Sinalização Analógica	Decádico (pulso) ou Multifrequencial (tom).			
Modularidade Digital	Tronco: Placa com 1E1: até 30 linhas		Troncos: Placa com 1E1 com até 30 linhas Placa com 2E1 com até 60 linhas	
	Ramal: 1 placa principal com 4 KS's digitais e 4 ramais analógicos. 1 placa principal com 8 KS's digitais e 8 ramais analógicos. 1 placa de expansão com até 8 KS's digitais e 8 ramais analógicos (somente p/ placa principal de 8 KS's).			
Numeração dos ramais	Numeração lógica: de 200 a 399.			
Alimentação AC	Entrada full-range: 95 Vac a 240 Vac			
Consumo Maximo	80 VA @ 24Vcc (incluindo o carregador de baterias).		120 VA @ 24Vcc (Incluindo o carregador de baterias).	
Temperatura de operação	10°C a 40°C			
Umidade relativa do ar	20% a 90%			
Falta de energia	Nobreak on-line incorporado (banco de baterias de 24V – 2 baterias de 12Vcc externas).			
Dimensões máximas	Altura: 281 mm Largura: 280 mm Profundidade: 128 mm			
Peso máximo	3,6 Kg		3,9 Kg	



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO FERRARI CARDOSO, Chefe de Núcleo**, em 07/11/2018, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8885875** e o código CRC **AEDB1656**.